



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Faculdade de Ciências Sociais**  
**Departamento de Relações Internacionais**

Yasmin Goes Marra

A Securitização da Imigração na Europa: O Caso da Alemanha e a Influência da Opinião  
Pública na (Des)securitização

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2023

Yasmin Goes Marra

A Securitização da Imigração na Europa: O Caso da Alemanha e a Influência da Opinião Pública na (Des)securitização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção de título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof. Natália Mello

**São Paulo**

**2023**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, pilares fundamentais que sempre estiveram ao meu lado, apoiando minhas escolhas e sonhos. Seu exemplo de esforço, dedicação e amor me ensinaram a reconhecer e agradecer cada experiência e aprendizado que a vida me proporcionou. Ao Luis, que é meu porto seguro e que acompanhou todo o processo deste trabalho do meu lado, me ajudando e me incentivando a ser melhor todos os dias. Seu apoio foi fundamental para que eu me sentisse capaz de alcançar meus objetivos.

Agradeço meus amigos, alicerces essenciais desde o início, que me acompanham e torcem por mim desde então. Ingrid, Fabiana e Daniel, que se tornaram minha família e suporte principal em São Paulo. Maria Eduarda e Pedro, por todas as conversas de apoio, permitindo que eu me sentisse próxima, mesmo estando longe. Samuel, Fernanda, Victoria, Rafaela, Lucas, Frederico e Amanda, por estarem sempre presentes, independente do lugar onde eu estivesse, proporcionando momentos memoráveis e incentivando meu crescimento.

À Prof. Natália Mello, sincero agradecimento pela orientação paciente e dedicação durante o processo de desenvolvimento deste trabalho. Suas orientações foram imprescindíveis para a este trabalho.

Agradeço a PUC-SP, por todo aprendizado durante os últimos quatro anos e todas as possibilidades proporcionadas durante a graduação. Por ser um ambiente de profundo conhecimento que me permitiu conhecer professores notáveis, colegas e amigos que fizeram parte da minha formação. Em especial, agradeço a Lígia, companheira desde os primeiros semestres, quando as aulas ainda eram virtuais, e posteriormente por dividir os medos, alegrias, os trabalhos e um lar comigo.

Para todos que estiveram em minha trajetória, me acompanharam até esse momento, agradeço de coração, pela ajuda, pelo carinho e pela torcida.

## RESUMO

Esta monografia investiga a influência da opinião pública alemã e europeia nas disparidades das políticas de acolhimento de refugiados lideradas pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, durante os anos de 2015 a 2018. Utilizando a teoria da securitização da Escola de Copenhague como base, a pesquisa sugere que a pressão da sociedade civil alemã e europeia, bem como os interesses políticos do governo Merkel, desempenharam um papel significativo na transição das políticas de imigração da dessecuritização para a securitização. O estudo analisa as opiniões da sociedade civil e da oposição política relacionando-as com a securitização e a dessecuritização da migração, buscando mostrar o caminho de como as opiniões moldaram a evolução das políticas de refugiados na Alemanha.

**Palavras-chave:** Alemanha; Securitização; Refugiados; Opinião Pública; Imigração

## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	5
INTRODUÇÃO .....	6
CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO À LUZ DA ESCOLA DE COPENHAGUE.....	9
A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: O PIONEIRISMO EUROPEU .....	13
A migração como objeto securitizador.....	13
A securitização da migração na União Europeia .....	14
A importância da opinião pública na implementação de políticas securitizadas.....	17
O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO E REFÚGIO NA EUROPA .....	18
2015 e 2016: Um período de fluxo migratório intenso na Europa .....	18
Controle de Fronteiras Europeu: Securitização? .....	19
ALEMANHA: UM CASO ÚNICO?.....	20
Fluxo migratório no território alemão.....	20
Dessecuritização: Ações do governo alemão com os refugiados .....	22
À quem interessa a dessecuritização? .....	23
A OPINIÃO PÚBLICA NA CRISE DE REFUGIADOS NA ALEMANHA.....	24
A opinião da sociedade civil alemã e a mídia.....	25
A opinião da oposição e de aliados do governo Merkel .....	27
A opinião da União Europeia .....	29
AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS SECURITIZADAS DO GOVERNO ALEMÃO.....	30
CONCLUSÃO .....	32
BIBLIOGRAFIA.....	34

## INTRODUÇÃO

O tema da migração e refúgio está recorrentemente presente na área de Relações Internacionais desde sua criação. Na atualidade, a explosão da Primavera Árabe no Oriente Médio em 2011 fez com que os anos 2010 se tornassem uma das décadas de maior fluxo migratório da história desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A guerra civil síria, conflito mais severo resultante da Primavera Árabe, continua a perdurar até os dias atuais, originando uma crise migratória sem precedentes. Isso, por sua vez, tem suscitado crescente inquietação em relação à segurança nacional dos Estados, resultando na adoção de políticas migratórias mais restritivas. Nesse sentido, a securitização da imigração se tornou uma abordagem cada vez mais utilizada pelos países, especialmente em momentos de crise mundial.

Barry Buzan e Ole Waever discutem em seu livro “Security: A New Framework of Analysis”(1997), o conceito de Securitização, onde afirmam que, a partir dos anos 80, houve mudanças nos estudos da segurança internacional, que passaram a considerar a segurança humana como um dos focos principais de estudo. Anteriormente, estes estudos eram centrados majoritariamente na proteção contra ameaças ao Estado, ou seja, a segurança era diretamente relacionada à segurança estatal. Entretanto, a partir do momento em que as populações desses Estados passaram a ser incluídas nesse ponto de vista, se tornou complexo desassociar o que era tema de segurança do que era apenas um problema que afetava a sociedade civil (WAEVER, 1995), criando, assim, o processo de securitização dos mais variados temas.

A partir do conceito de movimentos securitizadores, é possível analisar, também, o inverso. Partindo da ideia da Escola de Copenhague de que a segurança é um conceito social e político, indo para além de uma característica objetiva de eventos militares ou fenômenos em si, a teoria da securitização permite que compreendamos que a segurança pode ser uma interpretação construída por atores políticos, que podem alterar suas agendas a partir da visão do que é melhor para a nação e sua sociedade. Nesse sentido, o processo inverso da securitização é a dessecuritização, que envolve uma reinterpretação dos discursos e ações, onde um processo antes securitizado, deixa de ser visto como tema de segurança, se tornando político.

Tanto a securitização quanto a dessecuritização podem ser identificadas no sistema internacional, principalmente após o início do século XXI, onde passam a abranger diversas agendas que antes eram consideradas temas políticos. Uma importante agenda que passou a ser incorporada pelos estudos da segurança é a migração e o refúgio internacional, originando-se

de argumentos muitas vezes preconceituosos e xenofóbicos. A partir do fim da Guerra Fria, a crise migratória e de refugiados no sistema internacional se tornou um dos principais pontos de discussão entre os países, discussões essas que perpassavam questões políticas, econômicas, fronteiriças e, majoritariamente, securitárias. E, apesar da presença de legislações e políticas que protegem essa população, a questão permanece nos debates de fóruns internacionais e, principalmente, nas políticas internas dos países do Sistema Internacional.

O exemplo mais emblemático para o sistema internacional em relação a políticas migratórias é a União Europeia (UE), um dos blocos de integração mais bem estruturados do sistema internacional, composto por aparatos político, econômico, social e comercial que são utilizados como referencial aos países-membros. Pode-se afirmar que a UE mantém uma conexão sólida com o fenômeno das crises migratórias, em grande parte devido à proximidade geográfica dos países em crise com os países-membros.

Nos últimos anos, a principal preocupação da União Europeia em relação a migração é a Guerra na Síria. O conflito do país localizado no Oriente Médio se iniciou em 2011 e foi considerado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) uma das maiores crises migratórias e de deslocamento forçado do mundo. Nesse sentido, os países europeus, tanto pela proximidade geográfica quanto pelo aparato disponível, são os principais destinos daqueles que buscam refúgio, fugindo da guerra e do governo que devasta o país há mais de uma década.

A crise de refugiados no mundo e na Europa se intensificou a partir de 2015, principalmente devido a intensificação da guerra na Síria e a explosão de diferentes conflitos ao redor do mundo. Assim, centenas de pessoas abandonaram suas casas fugindo de perseguições políticas, guerras e desastres. Nesse cenário, a Alemanha, país chave para a União Europeia e para o sistema internacional, sob liderança da chanceler Angela Merkel, passou a adotar políticas de acolhimento e abertura de fronteiras para os refugiados. O país recebeu um número significativo de refugiados que solicitavam auxílio à UE, principalmente durante o período mais crítico, onde o número de solicitações estava alto. Essas ações fizeram com que o número de refugiados na Alemanha chegasse a mais de 1,2 milhão de pessoas. (ACNUR, 2022).

As políticas pró-refugiados adotadas pelo governo alemão, sob liderança de Angela Merkel, representam um ponto de inflexão histórico nas políticas de migração do país, com repercussões significativas em toda Europa. As opiniões, tanto internas quanto externas, a respeito das ações alemãs tiveram um impacto significativo nos desdobramentos subsequentes da política alemã.

A sociedade alemã se dividiu em relação ao acolhimento de refugiados. Uma parte da população apoiou as políticas de acolhimento humanitário, enquanto outra manifestou preocupações sobre questões de segurança interna do país e a integração desses refugiados na cultura alemã, o que fez com que houvesse um crescimento do sentimento de perda da identidade alemã e um aumento da violência e ataques xenofóbicos contra estrangeiros. (SANTOS, 2021, p. 49). Além disso, essa disputa de discursos também se refletiu no âmbito político interno do país, onde a oposição política ao governo Merkel, inclusive seus próprios aliados, contribuíram para moldar o debate em torno das políticas governamentais para os refugiados. Críticas e propostas de alternativas surgiram, juntamente com a ascensão da extrema direita no país, representada pelo partido “Alternativa para Alemanha” (AfD) que defendia discursos nacionalistas, desafiando o governo alemão a tomar decisões mais informadas.

Ainda, as ações adotadas pelo governo alemão repercutiram também na União Europeia, onde o país desempenhou um papel central nas negociações e nos esforços para encontrar soluções coletivas. No entanto, a opinião das potências europeias em relação às ações de Merkel internamente na Alemanha levantou questionamentos sobre possível impacto delas em toda Europa, visto que estes adotaram políticas mais rígidas em relação aos refugiados, algo que poderia gerar tensões no projeto de integração. Para além, a questão da identidade europeia e o fechamento de fronteiras foram também pontos de debate internacional durante o auge da crise migratória.

Em conjunto, essas perspectivas nos ajudam a compreender a complexidade da crise de refugiados na Alemanha e o grande peso que as opiniões públicas tiveram na mudança de comportamento do governo alemão, que transformou suas políticas de refugiados, previamente denominadas “dessecuritizadas”, em políticas “securitizadas”.

Essa monografia tem, em suma, o objetivo de analisar a influência da opinião pública alemã e europeia, como principais justificativas para tais disparidades na política de acolhimento dos refugiados elaboradas por Angela Merkel. Partindo da teoria de securitização da Escola de Copenhague, supõe-se que a opinião e a pressão da sociedade civil alemã e europeia, bem como os interesses políticos do governo Merkel impactaram significativamente na retração do governo para políticas públicas de refugiados, durante o período de 2015 a 2018, tornando o caso alemão tão ambíguo.

A metodologia utilizada será um estudo de caso, utilizando informações quantitativas de coleta e análise de dados, com análise de pesquisas de opinião pública europeia e alemã, bem

como qualitativas através de revisão da literatura já existente sobre o tema. O estudo buscará contribuir para o campo de Relações Internacionais, aprofundando o entendimento do impacto que a opinião pública interna e externa dos países têm sobre as políticas públicas implementadas pelo governo representante.

O capítulo inicial apresentará uma exposição sobre o conteúdo teórico da securitização e dessecuritização à luz da Escola de Copenhague, analisado pelas literaturas de Barry Buzan, Ole Waever, Jaap de Wilde, entre outros. Com a base teórica compreendida, será discutido sua aplicação na imigração e no tema do refúgio no século XXI, a partir da revisão bibliográfica de Jef Huysmans, da Escola de Paris. Posteriormente, procederemos a uma breve contextualização acerca da crise migratória na União Europeia e, mais especificamente, na Alemanha, com o intuito de compreender os primeiros passos tomados durante o auge da crise na região e as principais medidas dessecuritizadas tomadas pelo governo Merkel.

Em seguida, será realizado a análise das reações e opiniões concretas, tanto externas quanto internas, da sociedade civil e da mídia, dos opositores políticos de Merkel e da União Europeia, contextualizando-os a partir da perspectiva teórica previamente abordada. A partir dessa análise, será possível identificar que as opiniões públicas impactaram significativamente as políticas públicas de acolhimento de refugiados apresentadas inicialmente pela Alemanha, fazendo com que elas transcorressem de dessecuritização para securitização.

## **CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO À LUZ DA ESCOLA DE COPENHAGUE**

Durante as décadas finais do século XX várias mudanças aconteceram nas relações internacionais, tanto no âmbito acadêmico quanto na interação entre os Estados e o funcionamento do Sistema Internacional. A bipolaridade da política mundial promovida pela disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria, fez com que os teóricos de RI passassem a buscar por inovações na área, de forma a evitar que um novo evento catastrófico se repetisse.

No entanto, foi com o término da Guerra Fria, que mudanças econômicas, políticas e sociais se destacaram no contexto mundial e, conseqüentemente, impactaram diretamente as correntes teóricas das Relações Internacionais, onde houve uma intensificação maior de sua presença nos estudos sobre segurança global. O temor de possíveis conflitos entre os Estados no sistema

internacional, com o potencial de desencadear uma catástrofe global devido ao desenvolvimento de armas nucleares, se disseminou por todos os países, que, a partir dali, não possuíam mais um líder mundial. Assim, não havia ‘nenhuma ordem’ pré-determinada. Além disso, o temor de enfrentar possíveis crises, sejam elas ambientais, migratórias e epidêmicas mostraram como a sociedade tradicional não estava pronta para lidar com esse novo mundo. (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 287)

Como forma de buscar abrandar a conjuntura, onde a condição de anarquia do sistema internacional se mostrava assustadora aos países, os Estados-membros das Nações Unidas criaram a Comissão Palme, que tinha o principal objetivo de buscar formas de lidar com as novas ameaças da Nova Ordem. (SANTOS, 2021, p. 20) Além do risco de conflitos militares entre os Estados, outras situações passaram a ocupar a agenda de segurança: “migrações forçadas por guerras ou miséria, as crônicas diferenças sociais, o crescente desemprego, a pobreza extrema, o tráfico de drogas ilícitas, de armas e munições e de pessoas, o crime organizado transnacional, etc” (SAINTPIERRE, 2011 apud SANTOS, 2021, p. 20)

Nesse contexto político e social, no âmbito acadêmico, surgiu a Escola de Copenhague (EC), criada em 1985 a partir da criação do Copenhagen Peace Research Institute, que buscava incentivar a pesquisa voltada à área de segurança internacional. Inicialmente criada por Ole Waever, que contou com a ajuda de Barry Buzan, a Escola seguia linhas teóricas construtivistas das Relações Internacionais. Ela foi essencial no momento em que as teorias tradicionais passavam por uma revisão acadêmica por parte dos estudiosos, pois conseguiu conciliar antigas ideias já existentes no sistema internacional com novas agendas que até então, estavam sendo desprezadas pelos teóricos tradicionais. Os pensadores da EC enxergavam

Duas motivações no alargamento da agenda de estudos de segurança: interesse em relação à tendência verificada nas agendas de segurança na Europa de considerar as questões não militares como de segurança, e o interesse acadêmico de formular uma contribuição original para os debates teóricos realizados na área de segurança internacional (DUQUE, 2009, p. 476)

A teoria da securitização foi a responsável por dar maior notoriedade à Escola de Copenhague. A primeira formulação feita do conceito de securitização aconteceu no início dos anos 90 pelos autores Buzan, Waever, Tickner e Nye. O conceito foi definido como “apresentar um objeto ao público como uma ameaça existencial, verificando a aceitação de que essa ameaça seja tratada por meio de medidas excepcionais e de urgência, suspendendo procedimentos e regras comuns pelas quais as ações seriam vinculadas” (BUZAN et al., 1998, p. 2526). Ou seja, enquanto autores tradicionais veem os estudos de segurança vinculados à existência de ameaças

objetivas, a Escola de Copenhague enxerga que essas ameaças à segurança presentes no Sistema Internacional são socialmente construídas.

Nesse sentido, segundo a Escola, o processo de securitização envolve uma extrema politização de determinado tema, que acontece através de “atos de fala”, que consiste em um enunciado que envolve uma ação: “ao dizer as palavras, algo é feito” (BUZAN et al.,1998, p.26). Nesses “atos de fala”, a comunicação é a forma imprescindível de operação e uma das principais formas de transferências de ideias, visto que ele cria uma urgência em determinada ação sinalizar que "se não agirmos agora será tarde demais" (Buzan et al. 1998:26). A partir do momento em que os Estados, bem como seus subordinados e a população passam a encontrar ameaças ao bem-estar em temas econômicos e políticos – como por exemplo, migração, epidemias e comércio – estes passam a considerá-los um assunto que diz respeito à segurança e, portanto, deve ser tratado com os meios adequados para tal. Isso é bem exemplificado na seguinte passagem de Waever, 1995:

Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar "segurança" como um ato de fala. Neste uso, a segurança não interessa como um sinal que remete para algo mais real; o ato é a própria enunciação. Ao dizê-lo, algo é feito (como apostar, fazer uma promessa, dar nome a um navio). Ao dizer "segurança", um representante do Estado desloca um determinado tema para essa área específica, reivindicando assim um direito especial de utilizar todos os meios necessários para o bloquear. (WAEVER, 1995, p. 55)

O processo de securitização, na prática, envolve três tipos de unidades de análise. A primeira, é o objeto referente ou securitizador, que representa as questões que podem ser securitizadas, podendo essas serem tangíveis - como armamento, alimentação - ou intangíveis - como migração, terrorismo. A segunda unidade de análise diz respeito aos atores securitizadores, ou seja, são aquelas entidades que nomeiam e tipificam uma questão como uma ameaça à segurança e tem a capacidade de buscar e movimentar recursos para que aquele problema seja resolvido. Muitas vezes o Estado se identifica como essa unidade, mas ela pode abranger grupos, instituições, indivíduos e até mesmo organizações internacionais. Por fim, a terceira unidade de análise, essencial para o processo de securitização, são os atores funcionais. Estes são entidades com responsabilidade de lidar com determinada questão que está para ser securitizada antes que ela de fato seja declarada como ameaça à segurança, podendo ajudar a prevenir a securitização desnecessária de determinadas questões. “São atores que influenciam de forma significativa as decisões na área de segurança” (BUZAN et al., 1998, p.36)

Ainda, os autores afirmam que a análise do processo comunicativo é essencial para compreender um processo de securitização, pois o discurso é uma forma de ação e que, por conseguinte, carrega consequências atreladas a ela. (DUQUE, 2009) O discurso é uma forma de indicar possíveis ações futuras do agente securitizador e mesmo que não seja completamente seguido com sucesso por uma ação política, o enquadramento diz algo sobre a visão de mundo sobre aquele determinado ator. (LINDVALL, 2015, p. 10) Esses discursos se tornam ainda mais significativos quando o agente securitizador é um representante do Estado, ou o próprio Estado, isso porque este tem condições e o poder de implementar medidas para os problemas apresentados em seus discursos. Ainda, esse agente securitizador pode fazer uso de poderes especiais para tentar bloquear o problema construído a partir de seu ato de fala, utilizando-se da retórica de segurança para chamar atenção para a necessidade de medidas emergenciais. (DUQUE, 2009)

Para saber se o processo de securitização foi bem-sucedido, é necessário analisar a existência de três componentes: “ameaça à existência, ação emergencial e efeitos nas relações entre as unidades por meio da quebra de regras”. (BUZAN et al., 1998, p. 26). A securitização, portanto, pode ser vista como uma versão extrema da politização (BUZAN et al, 1998, p. 23-24) e pode viabilizar a criação de políticas do pânico, ou seja, pode fazer com que políticas e regras anormais - e possivelmente inconstitucionais - sejam criadas de forma legítima, com o intuito de proteger a população daquela possível ameaça.

Dessa forma, Buzan afirma que a securitização deve ser evitada na maioria dos casos dentro do sistema internacional, e a dessecuritização deve ser o objetivo central dos temas políticos. Isso significa executar o processo contrário, no qual os temas passam por uma reinterpretação dos discursos e ações, e o processo, anteriormente securitizado, é transferido de dentro da agenda de segurança e passam novamente para a esfera política. Isso porque, se todos os problemas forem colocados como problemas de segurança, a noção pode acabar sendo esvaziada de conteúdo. Ainda, a securitização, na visão de Buzan, pode ter efeitos muitas vezes negativos, como a restrição de liberdades civis e o aumento do poder do Estado. Ele defende que o processo securitizador deve ser usado apenas para casos em que haja uma ameaça real à segurança, e onde outras abordagens não sejam suficientes para lidar com o problema. (DUQUE, 2009).

Apesar das ressalvas realizadas pelos autores no momento da identificação do comportamento securitizador, é possível identificar a presença do conceito na Nova Ordem

Mundial, onde vários temas políticos passaram pelo processo de securitização. A partir dessa base teórica e do contexto apresentado, será feita uma discussão sobre o conceito de securitização tomando como referência à migração como objeto securitizador.

## **A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: O PIONEIRISMO EUROPEU**

### **A migração como objeto securitizador**

A intensificação da globalização e a ascensão do neoliberalismo no mundo permitiu que a migração se fortalecesse como um fenômeno complexo que transcende fronteiras e culturas: discursos sobre liberdade de circulação, aumento da integração entre as nações e cooperação tanto entre os países quanto entre seus cidadãos desenhavam um mundo conectado. Os avanços tecnológicos e a crescente conectividade tornaram possível que pessoas de diferentes lugares do mundo se comunicassem e se movessem em busca de oportunidades e experiências culturais distintas. Essa perspectiva da globalização é colocada dentro de um discurso positivo, onde a diversidade cultural é incontestável e inevitável. No entanto, ela pode ser muitas vezes contestada pelos interesses e políticas da Nova Ordem Mundial multipolar.

Considerando a lente de securitização estabelecida pela Escola de Copenhague, é possível observar que houve uma virada na visão sobre migração internacional nas últimas décadas e esta começou a ser cada vez mais interpretada como objeto de segurança, em contraponto com a visão migratória positiva da globalização. O processo de securitização da migração teve início após a Guerra Fria, período este que também deu início às mudanças na área de pesquisa de segurança, mas foi, principalmente, uma consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Diversas atitudes no sistema internacional fizeram com que a imigração se tornasse importante no debate político, onde a viam como uma ameaça à estabilidade. (ALVES, ROSA, 2021).

Nesse sentido, a migração passou a ser colocada como uma ameaça à segurança, à ordem pública, à cultura e aos valores de bem-estar de uma sociedade especialmente através dos discursos dos governos dos países. Essa percepção, muitas vezes estereotipada, é reforçada pela mídia, que promove temores relacionados ao terrorismo, ao crime organizado e ao desemprego causado pela chegada dos imigrantes. A partir dessa associação da migração atrelada à uma maior ameaça a atos terroristas, mecanismos de controle e políticas de migração restritivas passam a ser legitimadas. Assim, como retrata a teoria da securitização, medidas que antes era reservadas apenas para emergências, se tornam comuns.

O continente europeu é um exemplo notável sobre o debate de integração, migração e securitização. Enquanto a União Europeia tem como um dos princípios centrais de sua organização a livre circulação de cidadãos europeus bem como a diversidade das culturas no continente, com a intensificação do fluxo de migrantes e refugiados, algumas controvérsias foram surgindo. A preocupação com a segurança e as pressões econômicas levantaram debates políticos e sociais sobre como lidar com essa migração, levando a UE a buscar soluções para a questão.

### **A securitização da migração na União Europeia**

A Europa desempenhou um papel pioneiro na implementação de políticas migratórias mais restritivas. Jef Huysmans, teórico da securitização pela Escola de Paris, afirma que o processo de integração da União Europeia está envolvido no processo da securitização da migração. Em seu artigo “The European Union and the Securitization of Migration” (2000), o autor destaca possíveis causas para a intensidade da securitização da migração na União Europeia, como o temor em relação à segurança interna, à preservação cultural europeia e ao bem-estar dos cidadãos.

A construção do campo de segurança interna, a política restritiva de migração, o privilégio dos nacionais dos Estados-Membros no mercado interno e políticas que apoiam, muitas vezes indiretamente, expressões de chauvinismo de bem-estar e a ideia de homogeneidade cultural como fator de estabilização alimentam a politização negativa de imigrantes, solicitantes de asilo e refugiados como uma presença ilegítima e bode expiatório. (HUYSMANS, 2000, p. 770, tradução nossa)

Anteriormente, durante as décadas de 50 e 60, os imigrantes que chegavam ao continente eram vistos como força de trabalho adicional. Principalmente durante o período pós-segunda guerra, muitos trabalhadores se movimentaram para o continente europeu, a fim de trabalhar na reconstrução das cidades destruídas pelas batalhas. Nesse momento, o status de legal/ilegal não era relevante para as necessidades internas dos países, na verdade, sua condição de “ilegalidade” poderia até contribuir para torná-los ainda mais exploráveis. (MARIE, 1988, apud HUYSMANS, 2000)

Entretanto, esperava-se que esses imigrantes retornassem aos seus países de origem, o que tornou uma surpresa aos europeus ao notarem que eles estavam trazendo suas famílias para morar na Europa. (ALVES, ROSA, 2021, p. 329) A partir desse momento, os países europeus passaram a se preocupar mais com a imigração descontrolada, passando a ter políticas mais restritivas e um controle de suas fronteiras mais rígido. No entanto, mesmo com as novas regras,

o número de imigrantes continuou aumentando, principalmente devido às permissões de migração com base na reunificação familiar. (HUYSMANS, 2000, p.754)

Buscando fortalecer a União Europeia, foi criado o Regulamento do Conselho 1612/68, que colocava em diferentes posições e significados o direito de livre circulação dos Estados-Membros e o mesmo direito a países terceiros. Ou seja, os cidadãos pertencentes a países da UE teriam o benefício de se locomover internamente de forma livre, enquanto aqueles não pertencentes, teriam maiores restrições. Além disso, em 1973, na cúpula de Paris, foi definida uma tentativa de legislação comum para estrangeiros entre os membros da UE, de forma em que os posicionamentos em relação ao tema fossem padronizados. (UGUR, 1995; ETIENNE, 1995 apud HUYSMANS, 2000)

A partir da década de 80, portanto, o tema de imigração e asilo na Europa passou a ser mais politizado e tornou-se cada vez mais um objeto de debates sobre proteção da ordem pública europeia. (HUYSMANS, 2000) A Convenção de Dublin é um grande representante dessas políticas de regulamentação criadas no continente a partir desse período. Esta determinava o Estado responsável por processar o pedido de asilo de forma permanente, ou seja, a partir do momento em que o solicitante pedisse asilo em um país membro da UE, ele não poderia fazer a mesma solicitação para um outro país membro. A Convenção foi criada com o intuito de facilitar e tornar mais ágil o processo de pedido de asilo, mas também de buscar reduzir o número de pedidos - e até mesmo de aceitação. (BOLTEN, 1991, apud HUYSMANS, 2000)

Aplicando o conceito de atos de fala no processo securitizador definido pela Escola de Copenhague nesse caso, a migração e o asilo são vistos como problemáticos a partir do momento em que são abordados e discutidos como tal. A política e as regulamentações passam a ser um instrumento de proteção do Estado, ou seja, uma reação instrumental ao problema apresentado. Elas também são práticas definidoras que transformam um problema como a migração em um problema de segurança, ao mobilizar instituições e expectativas específicas. (WAEVER, 1995; HUYSMANS, 1995, BIGO, 1996, BUZAN et al, 1998) Nesse discurso, segundo Huysmans:

A migração é identificada como um dos principais fatores que enfraquecem a tradição nacional e a homogeneidade social. Ela é reificada como um perigo interno e externo para a sobrevivência da comunidade nacional ou da civilização ocidental. Esse discurso exclui os migrantes do tecido normal da sociedade, não apenas como estrangeiros, mas como estrangeiros perigosos para a reprodução do tecido social. (...) O discurso reproduz o mito político de que uma comunidade nacional homogênea ou uma civilização ocidental existiu no passado e pode ser restabelecida hoje por meio da exclusão daqueles migrantes que são identificados como estrangeiros culturais. (HUYSMANS, 2000, tradução nossa, pag.758)

O autor também aponta o chauvinismo social como a principal forma de enquadramento de migrantes e refugiados como ameaças. Esta é uma tática que visa inserir critérios e parâmetros de identidade cultural em determinados locais, baseando-se em questões como políticas sociais, saúde, emprego e deficiência. Esse discurso tem sido, conseqüentemente, atrelado às questões de direitos sociais dos imigrantes, visto que isso também implica apoio à ideia de que a migração representa uma ameaça à coesão cultural do país, já que essas características desse povo que são levadas em consideração nos parâmetros da identidade cultural, são distintas. (FAIST, 1995, HUYSMANS, 2000)

Em sua forma radical, a estigmatização socioeconômica retrata os migrantes como aproveitadores que tentam ilegítimamente obter benefícios do sistema de bem-estar de uma comunidade à qual não pertencem. São estrangeiros que exploram a sociedade que é tão gentil ao abrigá-los. O migrante é transformado de um concorrente em alguém que comete fraude contra o bem-estar (FAIST, 1994 apud HUYSMANS, 2000, p. 768).

Além disso, muitos dos imigrantes são retratados como culturalmente diferentes, o que é muitas vezes visto com estranheza pela população europeia. Isso porque o processo de integração europeu está envolvido diretamente no processo de representação da migração como perigo cultural. O processo de integração europeia refere-se essencialmente a uma ideia de união, colaboração e o desenvolvimento de uma sociedade multicultural futura. Isso é, de certa forma, contraditório, já que, ao mesmo tempo, a europeização das políticas de migração sustenta, indiretamente, reações nacionalistas, racistas e xenófobas aos imigrantes, retratando-os como um problema grave que desafia a estabilidade social e política e o funcionamento eficaz do mercado interno. (HUYSMANS, 2000, p. X) Isso acontece porque esse projeto multicultural, que apoia diferentes nacionalidades em um mesmo espaço social é extremamente seletivo, limitando-se em grande parte ao próprio mundo europeu, sem abrir espaço para uma real diversidade, seja ela étnica, religiosa ou culturais.

Assim, pensar a imagem da imigração ilegal e solicitantes de asilo, inevitavelmente se destacam países do Terceiro Mundo, principalmente porque muitos dessas solicitações de asilo vêm desses países (HUYSMANS, 2000, p.763), que enfrentam crises e guerras civis. É possível associar esse pressuposto de Huysmans com as categorias de “turistas e vagabundos” de Bauman, onde ele denomina os “turistas” como aqueles que não sofrem com a rigidez do controle migratório e que, portanto, usufruem da fluidez de fronteiras (ALVES, ROSA, 2021, p. 329), enquanto os “vagabundos” se referem à excluídos da sociedade, ou seja, a categoria de imigrante e solicitante de asilo, que é historicamente colocado dentro de um imaginário de ameaça ao Estado e a sua estabilidade. (BAUMAN, 1999 apud, ALVES, ROSA, 2021) Nesse

caso, é possível fazer a associação de que a categoria “turistas” se referiram à imigrantes de países desenvolvidos, que, dentro de uma visão xenofóbica, teriam a “capacidade” de se integrar a sociedade sem alterar sua cultura e causar instabilidade no Estado de bem-estar social, enquanto a categoria de “vagabundos” se referia a todos os imigrantes, refugiados e solicitantes de asilo de países do Terceiro Mundo. Estes seriam considerados um peso para o Estado, além de se tornarem uma ameaça constante para a cultura do país.

Para além disso, Huysmans aponta a tentativa de integração de imigrantes nas sociedades nacionais europeias como um outro grande tema central envolvido na securitização da migração. Segundo o autor, as políticas de integração promovidas pelos países da UE contribuem majoritariamente com a ideia de que uma sociedade culturalmente uniforme existia antes do início da migração. (HUYSMANS, 2000, p.765)

Os migrantes surgem como chegados tardios que romperam um espaço culturalmente homogêneo, independentemente de sua contribuição para a criação da sociedade como ela existe hoje. Portanto, os projetos que apoiam a integração dos imigrantes correm o risco de confirmar a noção de que o estilo de vida e a cultura diferentes dos migrantes (não integrados) são potencialmente desestabilizadores da formação social (MILES, 1993, apud HUYSMANS, 2000, p. 765)

Em suma, a securitização da migração na União Europeia revela a tendência de retratar os migrantes como ameaça à estabilidade social, cultural e econômica. Esse processo securitizador é impulsionado por discursos e práticas que enfatizam os migrantes como perigosos, reforçando estereótipos negativos e temores, o que acaba direcionando uma agenda que antes era política, para a área da segurança. É importante compreender, entretanto, que outros fatores influenciam nas políticas estabelecidas, como a opinião pública, que será abordado a seguir.

### **A importância da opinião pública na implementação de políticas securitizadas**

Para a validação das políticas de securitização, sejam elas relacionadas à questão migratória ou não, a opinião e a validação da população, da mídia e de outras esferas do governo desempenham um papel crucial na garantia de sua eficácia e aceitação. O Estado, enquanto principal agente securitizador, assume a responsabilidade pela criação de normas e regulamentos destinados a proteger sua população. Nesse contexto, os governos podem ser continuamente influenciados pela resposta da população e pelas reações aos acontecimentos e políticas implementadas.

Além disso, os atores funcionais mantêm um contato mais próximo da população e da opinião pública, pois desempenham um papel importante tanto na prevenção da securitização de políticas específicas quanto na sua validação, quando estas ocorrem. Dessa forma, a opinião pública tem o potencial de influenciar os atores funcionais, uma vez que a pressão da sociedade pode incentivá-los a abordar questões de forma eficaz e a evitar que estas sejam elevadas ao status de segurança. A securitização, portanto, não é um processo feito de forma automática. Ela só é realizada a partir da validação do público, isto é, quando este considera legítima a adversidade, e passa a demandar por formas de resolução e proteção da ameaça. A partir disso, passa a ser aceito a quebra de regras normais da política com vistas a contrabalancear essa ameaça. (BUZAN et al., 1998, p. 25)

No contexto da securitização da migração, a resposta da opinião pública às políticas estabelecidas pelo governo desempenha um papel de extrema relevância na validação dessas medidas. Ou seja, quando os imigrantes e refugiados são retratados como potenciais ameaças ao bem-estar e à segurança, de acordo com a percepção pública, e o governo adota políticas securitizadas em resposta a essas preocupações criadas, a população tende a se alinhar com essas políticas. Isso reflete o poder das narrativas e das representações públicas na moldagem das políticas de migração, bem como a influência das atitudes da população na orientação das decisões governamentais em relação aos fluxos migratórios.

## **O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO E REFÚGIO NA EUROPA**

### **2015 e 2016: Um período de fluxo migratório intenso na Europa**

O fluxo migratório de refugiados em direção aos países europeus se tornou um alerta aos países do continente a partir de 2011, com a guerra na Síria, conflito este que se deu a partir dos movimentos da Primavera Árabe no Oriente Médio. Inicialmente, a situação no país não havia atingido um nível extremo de violência e de violação dos direitos humanos, como aconteceria alguns anos depois. Com o passar do tempo, a repressão do governo contra a população, a instabilidade política e econômica e a violência no país se intensificaram, gerando um número ainda maior de refugiados que saíam do país em busca de abrigo.

Em 2015, o número de cidadãos sírios em busca de asilo alcançou o seu ápice (ACNUR, 2016) além de também ser o momento em que a atenção europeia foi voltada para o tema, pois os casos de morte por afogamento de pessoas que buscavam atravessar o Mar Mediterrâneo em caravanas insalubres passaram a ganhar destaque na mídia. O caso mais notório foi o de Alan

Kurdi, uma criança de 3 anos que morreu afogada e foi encontrada em uma praia turca após o naufrágio de seu barco. A imagem da criança circulou o mundo todo e gerou indignação global, se tornando um símbolo da crise de refugiados na Europa.

De certa forma, os acontecimentos do Mar Mediterrâneo fizeram com que a União Europeia e seus membros reagissem. Assim, algumas medidas foram tomadas pelo bloco de forma a auxiliar as pessoas que enfrentavam dificuldades. Primeiramente, um acordo entre a UE e a Turquia foi negociado, liderado por Angela Merkel, chanceler da Alemanha. O acordo foi firmado em 2016, onde previa que a Turquia aceitasse receber refugiados sírios que atravessassem o mar que dividia seu país e a Síria, em troca de assistência financeira e benefícios concedidos pela UE. (ELPAIS, 2015) O protagonismo de Merkel foi considerado fundamental para que o acordo fosse estabelecido entre a Turquia e a UE, principalmente devido à promessa da chanceler alemã de apoio à possível entrada da Turquia no bloco de integração europeu. (SANTOS, 2021) Para além, foram feitos diversos programas de reassentamento com os países vizinhos da Síria, com o intuito de realocar os refugiados, como Líbano e Jordânia (ACNUR, 2017) Esses programas tinham a intenção de oferecer aos refugiados um caminho seguro para que eles chegassem à Europa, de forma legal e não perigosa.

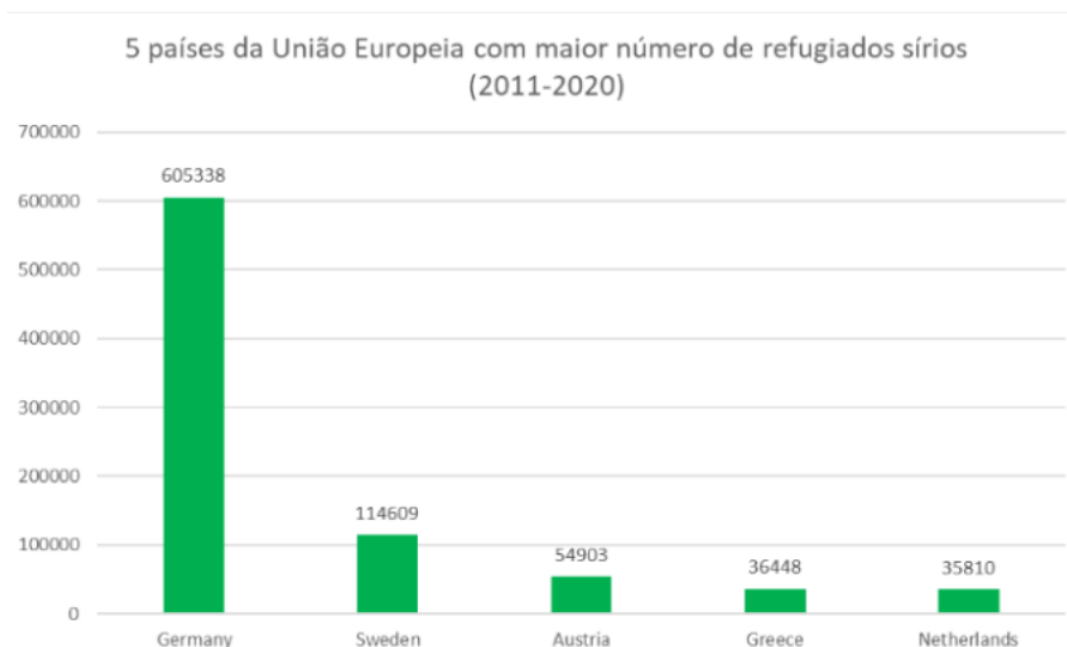
### **Controle de Fronteiras Europeu: Securitização?**

Apesar dos esforços em conjunto dos membros da União Europeia em buscar auxiliar os refugiados da guerra nesse período e promover uma melhor gestão desses fluxos, o controle das fronteiras também foi intensificado. A FRONTEX, agência de controle fronteiriça da União Europeia, teve seu papel fortalecido durante a crise, com o aumento do número de patrulhas nas fronteiras, tendo em vista o objetivo de melhorar a segurança dos países do bloco além de buscar conter o fluxo migrante. Ainda, a agência desempenhou um papel crucial diante dos grandes números de afogamento e morte em 2015 e 2016, onde passou a realizar operações também em costas marítimas de forma efetiva. (AMNESTY INTERNACIONAL, 2016)

É evidente que, apesar do auxílio em diversos aspectos em relação aos refugiados, a União Europeia, enquanto instituição, concentrou-se principalmente na organização e no gerenciamento do fluxo migratório dos refugiados na região, ao invés de promover um acolhimento de fato efetivo. Isso pode ser compreendido dentro do contexto de securitização da migração que se intensificou após 2015, assumindo um papel de destaque nas políticas externas dos países europeus. Nesse cenário, a migração passa cada vez mais a ser percebida como potencial ameaça à segurança nacional e regional dos países da UE, levando-os a adotar

políticas e medidas de segurança mais rigorosas. Essas ações visavam buscar soluções para evitar que a responsabilidade pelo acolhimento recaísse sobre o bloco.

Entretanto, dentre o número de casos de acolhimento dos países da União Europeia aos refugiados, a Alemanha se destaca, por apresentar índices superiores a maioria dos outros países europeus. Os países com maior número de refugiados dentro do bloco europeu, excluindo a Alemanha, foram, a Suécia, com 114.609 refugiados, a Áustria, com 54.903 e a Grécia, com 36.448, números completamente díspares dos apresentados pelos alemães, que registraram 605.338 acolhimentos apenas sob mandato da ACNUR. Os alemães, portanto, se mostraram uma exceção positiva no momento inicial de acolhimento das pessoas durante o pico da crise, recebendo centenas de refugiados sírios em seu país e adotando políticas internas de acolhimento.



Fonte: ACNUR

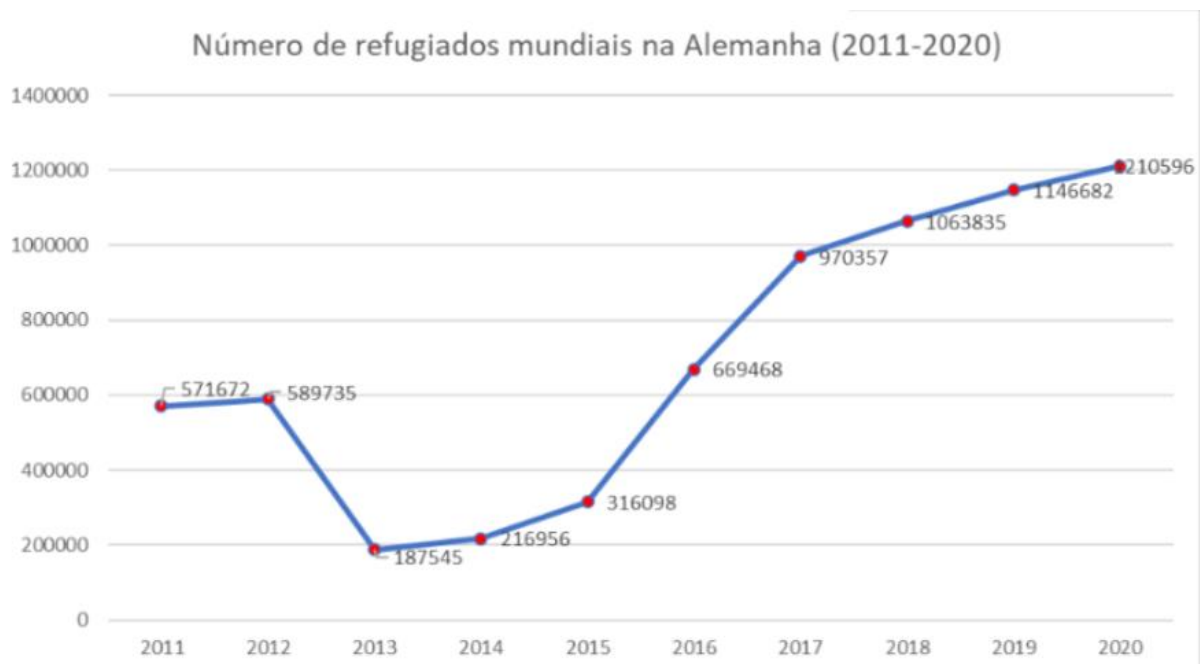
## ALEMANHA: UM CASO ÚNICO?

### Fluxo migratório no território alemão

Como mencionado, a Alemanha, a partir de 2015, experienciou uma crise migratória sem precedentes, quando mais de um milhão de refugiados e solicitantes de asilo do mundo chegaram ao território alemão. Angela Merkel, chanceler da Alemanha no período, adotou posições relativamente abertas em relação aos refugiados durante o período. A frase “Wir

schaffen das!” (“Podemos fazer isso!”) pronunciada pela chanceler em um dos primeiros discursos sobre a crise de refugiados em 2015 marcou a história da política alemã, que até então, não havia feito nada para resolver a questão migratória e de refugiados na Europa. (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017)

Por sua atuação protagonista, Merkel ganhou destaque internacional sobre o tema, afirmando que a Alemanha tinha a responsabilidade moral de ajudar os refugiados em busca de proteção, especialmente aqueles fugindo de conflitos e perseguições. Ela buscou apresentar o povo refugiado à sociedade alemã e aos líderes da União Europeia como “uma figura ameaçada pela guerra, perseguição e tráfico de seres humanos e, portanto, com necessidade de ajuda internacional e proteção” (SANTOS, 2021, p. 51) A política de abertura de fronteiras fez com que os números de refugiados sob mandato da ACNUR crescessem gradativamente com o passar dos anos no país, chegando a mais de 2 milhões em 2020.



Fonte: ACNUR

Dentre as nacionalidades dos refugiados, a população recebida pela Alemanha foi de sua maioria síria. No gráfico, é possível ver a intensificação do fluxo no país a partir de 2015. O aumento vertiginoso de refugiados entrando no país passa de 187.545 em 2014 para 216.956 em 2015, e que dobra em 2016, com 669.486 refugiados entrando no país, apenas pelo mandato da ACNUR.

## **Dessecuritização: Ações do governo alemão com os refugiados**

Para conseguir atender a quantidade de refugiados entrando em fluxo intenso no país, algumas medidas foram adotadas pelo governo alemão, de forma a auxiliar os refugiados a se integrarem na sociedade, bem como ter condições para viver nas cidades alemãs, como acesso a alimentação, saneamento básico e moradia em locais de acolhimento. O país adotou, portanto, um sistema de asilo simplificado. Isso significa que, no momento de entrada dos refugiados no país, é oferecido quatro tipos de proteção: o asilo para perseguição política, a proteção de refugiados, a proteção subsidiária e a proibição de deportação. (SANTOS, 2021, p. 42)

Se o refugiado se enquadra no primeiro ou segundo tipo, eles recebem “uma autorização de residência de três anos, o que inclui uma permissão de trabalho e permite que esse indivíduo solicite o status de residência permanente” (SANTOS, 2021, p. 42). Mas, caso eles se enquadrem no terceiro ou quarto caso, seus direitos no país são diferentes, se tornando mais limitados. Nesses casos, o refugiado consegue também obter uma autorização de residência, mas com duração apenas por um período de um ano, com possibilidade de renovação. Além disso, eles recebem uma autorização para trabalhar sem restrição de área durante o tempo em que sua autorização de residência valer. “Esses refugiados são elegíveis para solicitar o status de residência permanente após cinco anos, sob critérios rigorosos, como apresentar proficiência na língua alemã e demonstrar que são economicamente autossuficientes.” (SANTOS, 2021, p. 42)

Para além do sistema de asilo simplificado, Merkel decidiu suspender temporariamente o Regulamento de Dublin criado pela União Europeia, que define que os requerentes a asilo no espaço europeu devem permanecer no país de entrada. Ainda, Merkel adotou medidas para aumentar a capacidade de acolhimento do país e investiu na tentativa de integração social dos refugiados na sociedade alemã, como criação de mecanismos de oferecimento de cursos das línguas faladas no país, bem como cursos introdutórios sobre a cultura e a sociedade alemã direcionados especificamente aos refugiados. Houve também um desenvolvimento de aconselhamento de imigração para imigrantes adultos e um serviço especializado voltado para jovens. O governo alemão obteve ajuda de uma parcela da sociedade para que essas medidas fossem colocadas em prática, principalmente de associações árabes, que auxiliaram na recepção e integração dos refugiados e em sua adaptação no país. Ainda, faculdades comunitárias ofereceram aulas gratuitas de alemão aos refugiados, e os ensinavam questões culturais da sociedade germânica. (SANTOS, 2021)

Ainda, algumas organizações do país se responsabilizavam por diferentes formas de buscar a integração dos refugiados na sociedade alemã:

Existem no país organizações como, por exemplo: sociedades de lazer e desportivas, clubes culturais; (...) comunidades religiosas; Sociedades de trabalho; sociedades políticas; associações de estudantes (...) e de empresas. As organizações fornecem aos imigrantes serviços como de interpretação, de aconselhamento, cursos e eventos de formação suplementar; ofertas no setor da formação, acompanhamento de deveres escolares para crianças; formação parental; projetos de integração que os representam e escutam os interesses dos seus membros. Eles têm, com frequência, parceiros com contatos importantes da política, economia e administração (SILVA, GARRIDO, 2017, p. 21 e 22)

Toda essa estrutura facilitada tendia a incentivar a integração dos refugiados e migrantes na sociedade, criando um ambiente de estrutura interna voltada para o acolhimento, de forma a esclarecer como eles poderiam se integrar e quais eram seus direitos e deveres para com a sociedade na qual eles estavam ingressando.

### **À quem interessa a dessecuritização?**

As ações implementadas na Alemanha foram consideradas um caso destaque dentro da União Europeia, devido sua resposta generosa aos refugiados. Isso poderia ser justificado por algumas motivações políticas e econômicas vislumbradas por Merkel. Uma delas era seu desejo de exercer o protagonismo alemão perante a União Europeia desempenhando um papel ativo e protagonista em questões humanitárias e de política externa. Isso é colocado em prática principalmente no acordo entre a UE e a Turquia realizado em 2015, onde Merkel foi a principal liderança da negociação para que o país acolhesse os refugiados sírios em seu país em troca de auxílio econômico e político. Além de colocar a Alemanha no centro das discussões da União Europeia, Merkel também ganhou destaque político no bloco, algo que a colocou no topo das pesquisas de opinião públicas realizadas pelo Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR), onde a grande parte da população da comunidade europeia a consideraria para um cargo de “presidente da UE”, caso essa posição existisse. (BURAS, PUGLIERIN, 2021)

Em relação aos interesses econômicos, a Alemanha poderia se beneficiar da presença e integração dos refugiados principalmente devido aos desafios demográficos enfrentados pelo país nos últimos anos, com uma população envelhecida e baixa natalidade (BBC NEWS, 2015). De acordo com o Eurostat, em 2014 a expectativa de vida da população alemã chegou a 80,9 anos, entretanto, a taxa de fertilidade declinou, obtendo uma taxa inferior a 1,35 filho por mulher alemã.

Se o país possui uma projeção de envelhecimento maior que a população jovem, a remodelação da conjuntura econômica vem a reboque. Ou seja, num futuro próximo haverá um número maior de aposentados com cada vez menos contribuintes, o que

poderá contribuir para o déficit do orçamento estatal (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 80)

Dessa forma, a chegada e a integração da população refugiada contribuiriam para suprir a demanda pela mão de obra em setores essenciais da economia, como saúde indústria e serviços, fazendo com que o país se beneficie do influxo de jovens trabalhadores e o prisma econômico do país seria solucionado. Em suma, a Alemanha precisava renovar sua força de trabalho, e a população migrante foi vista como solução para isto.

Apesar de todos os incentivos oferecidos pelo governo principalmente durante o pico da crise em agosto e setembro de 2015 terem beneficiado, de certa forma, os refugiados e seu próprio governo, eles também geraram problemáticas para as estruturas sociais do país, como por exemplo um aumento crescente dos custos do sistema de segurança social e dos orçamentos regionais do país. Tais vulnerabilidades, juntamente com questões sociais e identitárias alemãs impulsionaram reações públicas e políticas dentro do contexto político nacional alemão, e também na União Europeia. Essas reações causaram algumas mudanças no posicionamento do governo alemão de, até então, acolhimento e não securitização da migração no país.

## **A OPINIÃO PÚBLICA NA CRISE DE REFUGIADOS NA ALEMANHA**

Como demonstrado até aqui, a intensificação da crise de refugiados na Europa marcou um ponto de virada na política migratória alemã. As políticas pró-refugiados de Merkel dividiram a sociedade alemã, com uma parte apoiando o acolhimento humanitário e outra expressando preocupações sobre segurança interna e integração cultural. Essas divisões internas, juntamente com a oposição política, incluindo de seus próprios aliados, moldaram o debate em torno das políticas de refugiados. Além disso, as ações alemãs tiveram repercussões também no âmbito da União Europeia, gerando questionamentos sobre seu impacto no bloco europeu.

Essas questões contribuem para a complexa teia de discussões da crise de refugiados e o grande peso que as opiniões públicas tiveram na mudança de comportamento do governo alemão, que transformou suas políticas de refugiados previamente denominadas “dessecuritizadas” em políticas “securitizadas”. A seguir, serão abordadas três perspectivas: a sociedade civil alemã, a oposição política, e a União Europeia, bem como suas respectivas opiniões e impactos nas ações para refugiados de Merkel.

## **A opinião da sociedade civil alemã e a mídia**

A opinião da sociedade civil na Alemanha em relação às políticas de refugiados adotadas por Angela Merkel, principalmente a partir de 2015, foi moldada por uma série de fatores complexos, sejam esses a presença e a dificuldade de integração real dos refugiados nas cidades ou as consequências das críticas da mídia realizadas em torno das políticas de Merkel. A sociedade alemã estava sob o impacto de eventos que geraram grande comoção no Oriente Médio, tais como as questões decorrentes da Primavera Árabe e o fortalecimento do Estado Islâmico. Ao mesmo tempo que isso causou um sentimento de solidariedade na população alemã, também alimentou a percepção de que a entrada de refugiados poderia trazer riscos à segurança e à cultura alemã. “A dinâmica da opinião pública tem sido igualmente volátil, desde as primeiras explosões hostis de ação coletiva anti-refugiados, até uma onda maciça de solidariedade e apoio aos refugiados” (DITLMANN, 2016)

Ainda em 2016, durante o período em que o número de refugiados entrando em território alemão permanecia alto, uma pesquisa conduzida pelo The Barometer of Public Opinion na Alemanha revelou algumas considerações da população alemã em relação ao tema. Os dados apontam que 55% dos entrevistados acreditavam que refugiados deveriam retornar para seus países quando as guerras terminassem, enquanto somente 28% se mostrava a favor de conceder permissão para que permanecessem. Além disso, uma parcela considerável da população, equivalente a 44%, expressou a preocupação de que a migração em grande escala poderia ter impactos negativos, especialmente a curto prazo, na vida cultural da Alemanha.

Os resultados também indicaram uma forte percepção de risco relacionados à migração, com 74% dos entrevistados acreditando que o influxo de refugiados para a UE e a Alemanha representava mais ameaças do que oportunidades. Além disso, 47% dos participantes afirmaram que a presença de refugiados tornava a Alemanha um país menos atrativo para se viver. Mais da metade da população também estava preocupada com a potencial ameaça à preservação dos valores essenciais da sociedade alemã devido à presença dos refugiados.

É possível compreender a partir desses dados que apesar das políticas de acolhimento e tentativas de integração promovidas pelo governo alemão, a satisfação da população em relação à presença desses migrantes no país era limitada. O nível de apoio a declarações pró e anti-refugiados na Alemanha variam conforme a filiação política dos indivíduos, além de ser influenciado também por outros fatores socioeconômicos. Entre esses fatores, a origem dos refugiados e a razão para seu refúgio desempenham um papel significativo na determinação do apoio ou da oposição à sua presença. (DITLMANN, 2016) De acordo com uma pesquisa

realizada pelo “Berlin Social Science Center” a população costuma a apoiar mais fortemente os refugiados que fugiram de perseguições políticas, mas o apoio é menor para aqueles que fogem por questões econômicas. (DITLMANN, 2016)

Além disso, a religião é uma questão de grande relevância para a população alemã. Ainda de acordo com The Barometer of Public Opinion na Alemanha, concluiu-se que os refugiados muçulmanos eram os que mais geravam preocupação na população. “Entrevistados acreditam que os refugiados prejudicam a vida cultural e os valores fundamentais da Alemanha em vez de enriquecê-los” (THE BAROMETER OF PUBLIC OPINION ON REFUGEES, 2016) O pensamento comum de assimilação entre a religião islâmica e os atos terroristas na sociedade atual contribuíram para o aumento do medo da sociedade civil alemã.

A religião islâmica em específico, por diversas vezes, é tomada como um engodo, posto que o terrorismo, dentro de uma visão cultural míope, passa a ser compreendido na comunidade internacional como um elemento naturalizado ao Islã (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 85)

Algo que intensificou ainda mais o sentimento anti-refugiados dentro da sociedade alemã, bem como às críticas ao governo Merkel, foi o atentado que ocorreu na cidade de Colônia, onde dezenas de mulheres foram atacadas, roubadas, agredidas e estupradas por cerca de mil homens na noite de réveillon de 2016 para 2017. “Nos dias seguintes, foram feitas um total de 1210 denúncias, 511 delas envolvendo agressões sexuais. (...) A maioria dos jovens eram da região norte-africana-árabe.” (DW, 2020) A polícia, a sociedade alemã e a mídia culpam as políticas de fronteiras abertas de Merkel como o principal fator para o ocorrido.

Todas as discussões presentes na sociedade civil sobre as políticas de refugiados de Merkel acabaram por abalar a confiança dos eleitores da chanceler e conseqüentemente, a cultura de acolhimento da população. A mídia alemã passou a veicular críticas contundentes em relação ao governo e às implicações da chegada dos refugiados, buscando influenciar a população, que se tornou mais cética, a moldar suas opiniões. Esse movimento ganhou destaque particularmente após os incidentes em Colônia, e reflete a capacidade da mídia em desempenhar um papel importante na formação da opinião pública e no debate sobre as questões relacionadas à imigração e segurança.

A situação nas fronteiras ficou temporariamente fora de controle à vista de todos. Ainda não está claro quantos refugiados entraram no país e quantos terroristas estavam entre eles. Os alemães não gostam de ver tal impotência do seu Estado – e Merkel sabe disso. A sua esperança hoje é: se o número de refugiados abaixar, a confiança retornará (BILD, 2016, tradução nossa)

Assim, tanto na mídia quanto nas pesquisas de opinião pública da sociedade civil alemã, é evidente a presença de um discurso que se assemelha ao apontado por Huysmans em sua explicação sobre a securitização da migração. Esse discurso reflete um temor em relação a uma potencial crise de identidade e cultura na Alemanha, à medida que outras culturas, distintas da cultura local, chegam ao país. Essa apreensão está relacionada à percepção de que a diversidade cultural traz desafios para a coesão social e para a identidade cultural alemã. O termo “mixofobia”, criado por Bauman ilustra essa preocupação com a estabilidade da identidade cultural diante da chegada de refugiados e de uma cultura diferente. “A cultura do diferente é fator para a desestabilização da ordem identitária, porque ao visualizar o território no decorrer da história portou-se de um modo, e de repente, este território adequa-se a outro ethos, o medo de rupturas sociais se acentua” (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 86)

Nesse sentido, a percepção de que os imigrantes são culturalmente diferentes e estranhos para a população europeia está diretamente ligada ao dilema da integração europeia. A Europa promove a ideia de uma sociedade multicultural, mas, ao mesmo tempo, o pensamento da população europeia potencialmente reforça reações nacionalistas, racistas e xenófobas, retratando os imigrantes como uma ameaça à estabilidade social e política, como mencionado por Huysmans. A securitização da migração, portanto, é fortalecida pela preocupação da sociedade alemã em relação à perda da identidade cultural e ao medo da presença de culturas – e principalmente religiões. Essa preocupação reflete os desafios enfrentados pela população europeia, que podem não estar verdadeiramente abertas a uma diversidade mais ampla, como era o esperado.

### **A opinião da oposição e de aliados do governo Merkel**

Além da pressão da sociedade civil e da mídia, o cenário político do governo alemão foi sendo alterado com o passar do tempo e das consequências das ações pró-refugiados. O partido de extrema direita AfD (Alternativa para Alemanha), fundado em 2013 pelo economista liberal Bernd Lucke, ganhou maior influência na sociedade. “A fundação do AfD tem, a priori, a economia como seu mote, contudo, esta se vê sufocada pelos argumentos xenófobos de direita.” (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 82) A partir de 2015, os argumentos reacionários e o discurso anti-islâmico do líder do partido, Frauke Petry, ganham força na população. “Discurso da AfD islamofóbico, em que o fechamento de mesquitas e fronteiras deve se tornar a razão de estado. Surge, nesse momento, um nacionalismo exacerbado, onde parte conservadora da sociedade alemã peticiona o fechamento de fronteiras do país” (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 82)

Em seus pronunciamentos e discursos, Petry criticava duramente o governo de Merkel, não apenas em relação às políticas de refugiados, mas em diversos outros aspectos. Segundo ele, Merkel estava falhando em liderar a Alemanha na crise do euro, principalmente em questões como energia, trabalho e família, fracassando em equilibrar as pressões internas e externas em prol do país. (CARREÃO, 2016) Para Petry e a AfD, reformas nas políticas de migração deveriam ser implementadas, enfatizando a importância da educação, do domínio do idioma e os requisitos do mercado de trabalho como critérios decisivos para entrar no país, além de fortalecer o controle de fronteiras e a concessão de asilo, com o objetivo de evitar imigração descontrolada nos países da UE. (CARREÃO, 2016) Além das questões legais e políticas, a questão das diferenças culturais estava presente no discurso de Petry, que argumentava que a cultura distinta dos imigrantes já os separava naturalmente da sociedade alemã.

“A divisão já está lá (...) não somos nós criando uma divisão, a divisão já está lá porque há diferentes origens culturais. (...) A Alemanha tem sido esse ‘caldeirão-cultural’ por um tempo muito longo. (...) Cabe a nós ter de decidir qual tipo de migração queremos aceitar em nossos países.” (PETRY, 2016, apud CARREÃO, 2016, p. 207)

Nesse sentido, com a ascensão da extrema-direita com a AfD, que ganhou votos do eleitorado justamente devido às críticas à política migratória de Merkel, a chanceler passou a ser pressionada pela ala mais conservadora de seu governo, que exigia leis mais rigorosas em relação aos refugiados, seja através do fechamento de fronteiras ou da redução de benefícios específicos. Além disso, seus próprios aliados passaram a questionar e a debater as políticas adotadas, como por exemplo Horst Seehofer, líder do CSU, que tentou persuadir a chanceler a mudar a política de refugiados e até ameaçou romper a coligação com o partido de Merkel, retirando os ministros da CSU de seu gabinete. (BILD, 2016) Seehofer buscava endurecer as políticas de imigração, rejeitando imigrantes na fronteira que já tinham sido registrados em outros países – seguindo a Convenção de Dublin, que havia quebrada por Merkel em 2015 – ou que já tivessem tido o pedido de asilo negado na Alemanha. Com isso, Seehofer tentava agradar aos eleitores e evitar a perda de votos para a AfD. (BILD, 2016)

Os discursos dos aliados de Merkel e, especialmente, de Frauke Petry, líder da AfD se enquadram, claramente, como exemplos de securitização da migração, conforme delineado pela Escola de Copenhague. A transformação da AfD em um partido que adotou uma retórica xenófoba e islamofobia reflete a representação da migração como uma ameaça à identidade cultural e à segurança nacional, elevando a migração ao status de uma questão de segurança. A insistência de Petry na ideia de que a cultura distinta dos imigrantes já os separa naturalmente da sociedade alemã aprofunda essa securitização, enquanto os aliados de Merkel que buscavam

endurecer as políticas de imigração em resposta às pressões eleitorais e ao crescimento da AfD também contribuíram para essa narrativa securitizadora, evidenciando uma dinâmica complexa em torno da migração na política alemã.

### **A opinião da União Europeia**

A opinião da União Europeia sobre as políticas de abertura de imigrantes da Alemanha revelou alguns desafios substanciais em seu projeto de integração, caracterizado por uma complexa teia de interesses nacionais e divergências políticas. Com a intensificação da crise de refugiados a partir de 2015, a divisão política já existente na Europa se agravou. Assim como na Alemanha, a extrema direita passa a ascender em outros países da União Europeia, promovendo o nacionalismo e o protecionismo dentro do bloco, o que estava em desacordo com as ideias de integração. Entre os governos que optaram por políticas de restrição à entrada de estrangeiros em seus países, “a justificativa mais comum é a necessidade de proteção nacional (...) criando barreiras de impedimento da entrada do migrante” (SILVA, GARRIDO, 2017, p. 17)

Ao contrário da Alemanha, os países do bloco não adotaram posições tão abertas quanto as incentivadas por Merkel. Na verdade, cresceu o receio de que as políticas de Merkel, juntamente com a quebra do Protocolo de Dublin, prejudicassem suas próprias fronteiras, gerando críticas ao governo da chanceler e levando regulamentações mais rígidas em relação à entrada de imigrantes. “Nesse cenário, a migração tornou-se objeto de vigilância e o Mediterrâneo tornou-se uma zona de morte militarizada” (HESS, et al, apud SCHWINN. 2019) A discordância na formulação de políticas e oportunidades oferecidas aos imigrantes por cada país-membro deixa claro como a migração se tornou uma questão de segurança, com alguns membros preocupados com os potenciais riscos representados pelos imigrantes.

Um exemplo das diferentes abordagens entre os países membros da UE foi a construção da barreira física pelo primeiro-ministro húngaro nas fronteiras da Servia, ao mesmo momento em que a Alemanha recebia centenas de refugiados em seu território. Além disso, a crise migratória intensificou as divisões políticas já existentes na União Europeia, criando uma dicotomia entre países do norte e sul europeus, onde as preocupações econômicas e culturais desempenharam um papel fundamental. (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 78) Essa discussão torna o discurso de integração pregado pela União Europeia há tantos anos um tanto quanto contraditório.

Na União Europeia, o lema de união na diversidade aparece sob roupagem da cultura. (...) As religiões na UE, considerando a diversidade e o mundo globalizado, são vistas

como parte das diferentes culturas. Isso é chamado de ‘multiculturalismo’, onde diferentes culturas convivem, mas algumas pessoas dizem que isso é mais aplicável aos europeus do que a outras pessoas fora da Europa. Mas como as identidades podem ser reconhecidas neste contexto multicultural da União Europeia senão por meio de uma volta ao nacionalismo? (LIGUORI, BERGAMASCHI, 2017, p. 78)

Em suma, a opinião da União Europeia sobre as políticas de abertura de fronteiras para os imigrantes na Alemanha esteve intrinsecamente ligada à securitização da migração, e a pressão desse movimento foi um dos motivos para uma mudança no comportamento da chanceler para com os refugiados em território alemão. A crise migratória exacerbou as tensões políticas, econômicas e culturais dentro da UE, levando-a a enfrentar desafios complexos relacionados ao que deveria ser considerado segurança, ao mesmo tempo em que tentava equilibrar seus ideais democráticos e valores fundamentais com as demandas práticas da gestão da migração em um contexto global em constante mudança.

## **AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS SECURITIZADAS DO GOVERNO ALEMÃO**

A partir das reações negativas em relação às políticas de Angela Merkel e apoio aos refugiados, a Chanceler se viu diante de encruzilhada política crucial. Para garantir um melhor apoio político na sociedade civil alemã e restaurar suas relações com aliados políticos, Merkel passou a adotar algumas medidas de caráter securitizado em relação à população refugiada.

Devido a sua posição política e às medidas até então executadas para o caso, Merkel fora ator político fundamental no movimento securitário desses indivíduos no país, ao verificar os ímpetos de integração e segurança europeia e a busca por apoio político e segurança nacional como questões de primazia para a gestão do fenômeno. Assim, o posicionamento de abertura ficou em segundo plano e, nesse espectro, os esforços de securitização outrora empreendidos perderam apoio. (SANTOS, 2021, p. 62)

As críticas crescentes, tanto da população quanto de seus aliados políticos e opositores ganharam força. O descumprimento unilateral do Regulamento de Dublin causou um impacto negativo no bloco europeu e contribuiu para que a insatisfação crescesse ainda mais. (SANTOS, 2021). Isso levou à adoção de medidas mais rígidas por parte do governo de Merkel, que assegurou ao seu partido e à aliados que a admissão de tantos refugiados no país como em 2015 não se repetiria. O foco, portanto, passaria a ser deportação de requerentes de asilo rejeitados, além da ênfase na importância da repatriação. (BILD, 2016)

Essas mudanças nas políticas de Merkel se manifestaram com a Alemanha voltando a cumprir a diretiva do Regulamento de Dublin e, “visto às pressões geradas pelo fluxo de migrantes nos estados de fronteira da União Europeia, principalmente Grécia e Itália, Merkel

passou a defender um maior controle de fronteiras” (SANTOS, 2021, p. 59) A partir de 2016, uma série de legislações restritivas foram aprovadas pelo governo germânico, incluindo a criação de “instalações especiais” para refugiados onde estes seriam levados para longe das áreas metropolitanas, sem acesso adequado a aconselhamento e representação jurídica. Além disso, houve restrições ao reagrupamento familiar e a classificação de vários países como “países de origem seguros” para facilitar a deportação.

Essas legislações representaram uma restrição significativa da proteção legal para muitos refugiados. Em 2017, a ONG Pró Asilo, atuante na Alemanha, divulgou denúncias preocupantes. Estas incluíam relatos de deportações forçadas, separações familiares e deportações de indivíduos doentes e com processo de asilo em análise, sendo executadas por agentes estatais sobre ordens do governo federal alemão.

A Alemanha ignorou inclusive normas internas de proteção aos direitos humanos, ao deportar pessoas cuja vida, o trabalho e a família estão estabelecidos no país. Ao retirar pessoas de dentro de suas casas no meio da noite, de dentro de hospitais, crianças de dentro de escolas, separando famílias, o Estado alemão desrespeita um princípio basilar dos direitos humanos que é a dignidade humana. (SCHWINN, COSTA, p. 16)

Além disso, em uma tentativa de mitigar as questões que vinham ocorrendo de maneira discreta, o governo Merkel lançou, no final de 2017, o programa “Dein Land. Deine Zukunft. Jetzt!” (O teu país. O teu futuro. Agora!) Este programa visava incentivar o retorno voluntário de solicitantes de asilo às suas nações de origem, por meio da oferta de apoio financeiro e assistência de reintegração. (DW, 2017)

A partir de 2018, medidas mais rigorosas passaram a tomar conta do território alemão, bem como em outros países da UE. Nesse sentido, uma série de propostas para gestão de fluxos migratórios na região foi aprovada por Merkel e por outros líderes europeus, como a seleção de imigrantes em centros controlados, dividindo-os entre elegíveis para asilos e não elegíveis, que deveriam ser devolvidos para seus países de origem. (SCHWINN, COSTA, 2019) Entretanto, essas ações de devolução dos refugiados desrespeitaram o princípio do “non-refoulement”, definido na Convenção de 1951, que proíbe a expulsão de solicitantes de refúgio para países onde correm risco de vida ou que sofrem perseguição. Essas violações são a prova concreta de que a solidariedade de Merkel, portanto, passou a dar lugar a políticas e leis cada vez mais austeras para ingresso e permanência em solo europeu. (SCHWINN, COSTA, 2019)

A implementação dessas políticas resultou em uma significativa diminuição no número de refugiados que adentraram sob o mandato da ACNUR. Em 2016, 353.370 refugiados foram

registrados, um número que reduziu para 300.889 em 2017. Essa tendência de queda intensificou-se em 2018, com o número diminuindo drasticamente para 93.478, evidenciando os impactos das medidas implementados pelo governo alemão.

A securitização, portanto, se tornou evidente nas ações do governo alemão à medida que adotava estratégias voltadas para a promoção da segurança nacional e a implementação de medidas mais rigorosas em relação à migração. A securitização da migração ocorreu, portanto, à medida que a sociedade civil, a comunidade internacional e vários outros atores, incluindo aliados e opositores do governo de Merkel, expressaram um crescente descontentamento com as políticas de fronteira abertas que ela havia promovido na Alemanha. Essa insatisfação, combinada com preocupações relacionadas à segurança e à identidade cultural, criou um ambiente propício para a securitização da migração.

Nesse processo, a opinião pública desempenhou um papel fundamental à medida que a percepção da migração como uma ameaça ganhava destaque. Isso levou o governo de Angela Merkel a adotar medidas mais securitizadas em relação à migração, marcando uma transformação em sua narrativa política. A migração, que anteriormente estava relacionada a políticas consideradas dessecuritizadas, voltadas para ajuda humanitária e acolhimento, passou a ser tratada como uma questão de segurança e controle de fronteiras, refletindo uma abordagem securitizada. Esse processo de mudança de abordagem ilustra a flexibilidade do conceito de segurança e sua capacidade de se ajustar às preocupações emergentes no ambiente político. Isso pode acontecer em resposta a discursos políticos – atos de fala – ou a outras influências no cenário político.

## **CONCLUSÃO**

Este estudo teve como principal objetivo analisar o processo de securitização da migração na Europa, com um enfoque especial na Alemanha, bem como a influência da opinião pública na dinâmica de (des)securitização da migração durante o período de intensa chegada de migrantes a partir de 2015. Utilizando como base a revisão bibliográfica da Teoria da Securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, juntamente com os trabalhos de Huysmans, este trabalho buscou compreender como a migração se transformou em uma questão de segurança na Europa e como isso se desdobrou perante as políticas de acolhimento de refugiados na União Europeia e, em particular, na Alemanha.

A pesquisa revelou que a opinião pública, tanto na Alemanha quanto na Europa, desempenhou um papel significativo na moldagem das políticas de refugiados lideradas por Angela Merkel. Foi possível constatar como as percepções de segurança da sociedade civil e da oposição pública, juntamente com o medo do desconhecido e do diferente, tiveram impacto direto nas políticas adotadas pelo governo alemão. Inicialmente, essas políticas eram favoráveis à chegada de refugiados, caracterizando-se como dessecuritizada. No entanto, em resposta a reações e opiniões negativas, o governo buscou uma abordagem mais restritiva, adentrando na esfera da securitização.

Em resumo, este estudo contribui para o campo de Relações Internacionais, aprofundando o entendimento do impacto que a opinião pública interna e externa pode ter nas políticas de imigração e refugiados na Europa. Isso destaca como a dinâmica da securitização da migração pode ser influenciada por percepções, opiniões e temores sociais, ilustrando a interação complexa entre atores políticos e a opinião pública em um contexto de migração e segurança.

## BIBLIOGRAFIA

ACNUR. **Angela Merkel recebe prêmio Nansen do ACNUR por proteção a refugiados no auge da crise na Síria.** ACNUR, 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protecao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>>. Acesso em: 19 de mai. de 2023.

ACNUR. **Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo.** ACNUR, 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/06/20/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/>> Acesso em: 24 de jun. 2023

ACNUR. **Mortes no Mediterrâneo seguem aumentando, um ano após afogamento de garoto sírio.** ACNUR, 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/09/02/mortes-no-mediterraneo-seguem-aumentando-um-ano-apos-afogamento-de-garoto-sirio/>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

ACNUR. **Onze anos depois, a Síria continua sendo a maior crise de deslocamento forçado do mundo.** ACNUR, 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/03/15/onze-anos-depois-a-siria-continua-sendo-a-maior-crise-de-deslocamento-forcado-do-mundo/#:~:text=A%20Turquia%20continua%20a%20abrigar,de%20refugiados%20per%20capita%20globalmente>>. Acesso em: 18 de mai. de 2023.

ALVES, L. A.; ROSA, W. T. (2022). *Securitização, Imigração e Refúgio*. In: DIGOLIN, K.; MILANI, L.; SOARES, S. **Temas de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora UNESP. Pp. 315-342.

AMNESTY INTERNACIONAL. *The human cost of fortress Europe*. Amnesty Internacional Ltd Peter Benenson Houve. 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/download/?document=eur050012016en.pdf>> . Acesso em: 29 de mai. 2023.

BACON, John. *Germany welcomed far fewer immigrants in 2016*. **USA TODAY**. 11 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://www.usatoday.com/story/news/world/2017/01/11/germany-280000-new-migrants-last-year-far-lower-than-2015/96436502/>> . Acesso em: 18 de mai. de 2023.

BBC. **A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo**. BBC, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903\\_aylan\\_historia\\_canada\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd)> Acesso em: 18 de mai. de 2023

BBC. **Por que os refugiados querem ir à Alemanha?** BBC, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150908\\_europa\\_refugiados\\_hb#:~:text=A%20maioria%20dos%20economistas%20diz,vida%20para%20chegar%20%C3%A0%20Europa](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150908_europa_refugiados_hb#:~:text=A%20maioria%20dos%20economistas%20diz,vida%20para%20chegar%20%C3%A0%20Europa)>. Acesso em: 07 de ago. de 2023

BILD. **Fluchtlinge: 2015 wiederholt sich nicht**. BILD, 2016. Disponível em: <<https://www.bild.de/politik/inland/angela-merkel/fluechtlinge-2015-wiederholt-sich->

nicht\_ag\_dp-47622866.bild.html?t\_ref=https%3A%2F%2Fwww.bild.de%2F> . Acesso em: 15 de out. 2023

BILD. **Merkel steht zu “Wir schaffen das” – und sieht frühere Fehler.** BILD, 2016. Disponível em: < [https://m.bild.de/politik/aktuelles/politik-inland/auch-altmaier-raeumt-fruehere-fehler-in-fluechtlingspolitik-47597156.bildMobile.html?t\\_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F](https://m.bild.de/politik/aktuelles/politik-inland/auch-altmaier-raeumt-fruehere-fehler-in-fluechtlingspolitik-47597156.bildMobile.html?t_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F)> Acesso em: 15 de set. de 2023.

BILD. **So massiv waren die Folgen für die wichtigsten Akteure.** BILD, 2016. Disponível em: < [https://m.bild.de/politik/inland/fluechtlingskrise-in-deutschland/was-wurde-aus-den-wichtigsten-akteuren-46104664.bildMobile.html?t\\_ref=https%3A%2F%2Fwww.bild.de%2Fpolitik%2Finland%2Ffluechtlingskrise-in-deutschland%2Fwas-wurde-aus-den-wichtigsten-akteuren-46104664.bild.html](https://m.bild.de/politik/inland/fluechtlingskrise-in-deutschland/was-wurde-aus-den-wichtigsten-akteuren-46104664.bildMobile.html?t_ref=https%3A%2F%2Fwww.bild.de%2Fpolitik%2Finland%2Ffluechtlingskrise-in-deutschland%2Fwas-wurde-aus-den-wichtigsten-akteuren-46104664.bild.html)> Acesso em: 15 de set. de 2023

BURAS, Piotr. PUGLIERIN, Jana. **Beyond Merkelism : What Europeans expect of post-election Germany.** European Council of Foreign Relations, 2021. Disponível em: <<https://ecfr.eu/publication/beyond-merkelism-what-europeans-expect-of-post-election-germany/>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

BOSEN, Ralf. **New Year’s Eve in Cologne: 5 years after the mass assaults.** Deutsche Welle, 31 dez. 2020. Disponível em: < <https://www.dw.com/en/new-years-eve-in-cologne-5-years-after-the-mass-assaults/a-56073007>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

BUZAN, Barry. Peace, power, and security: contending concepts in the study of International Relations. **Journal of Peace Research**, v 21, n.2 (Special Issue on Alternative Defense), p. 109-125, Jun. 1984

BUZAN; Barry; HANSEN, Lene: A evolução dos Estudos de Segurança Internacional. The Evolution of International Security Studies. Tradução Flavio Lira. Editora Unesp;. 2012

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis.** Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998

CARREÃO, Victor. **Crise migratória na Alemanha: discursos que abrem e fecham fronteiras.** Entremeios [Revista de Estudos do Discurso], Seção Temática [Os discursos sobre segurança em meio a políticas e processos de significação], Programa de Pósgraduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 13, p. 197-212, jul. - dez. 2016

DEUTSCHE WELLE. **Alemanha dá apoio financeiro a refugiados no regresso a casa.** Berlim, 03 dez. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/alemanha-d%C3%A1-apoio-financeiro-a-refugiados-que-queiram-regressar-a-casa/a-41630813>>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

DEUTSCHE WELLE. **Alemanha registra 1.1 milhão de refugiados em 2015.** Berlim, 06 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-registra-1-1-milh%C3%A3o-de-refugiados-em-2015/a-18963840>>. Acesso em: 27 de jun. de 2023

DEUTSCHE WELLE. **Europeus aprovam Merkel e confiam na liderança da Alemanha.** Berlim, 2021. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/europeus-aprovam-merkel-e-confiam-na-lideran%C3%A7a-da-alemanha/a-59181539>>. Acesso em: 27 de jun. de 2023

DITLMANN, Ruth. KOOPMANS, Ruud. MICHALOWSKI, Ines. RINK, Anselm. VEIT, Susanne. Verfolgung vor Armut, itlAusschlaggebend für die Offenheit der Deutschen ist der Fluchtgrund. 2016. Disponível em: WZB-Mitteilungen, H. 151, S. 24-27

DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. Universidade de Brasília. **A teoria de securitização e o processo decisório da estragía militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**, p. 459-501. 2008.

HUYSMANS, Jef. The European Union and the Securitization of Migration. Journal of Common Market Studies, v. 38, n. 5, 2000, pp: 751-777.

GERHARDS, Jurgen. HANS, Silke. SCHUPP, Jurgen. **German public opinion on admitting refugees.** The Barometer of Public Opinion on Refugees. DIW Economic Bulletin. Berlim, Alemanha. 2016.

LIGUORI, Paula Aparecida Viol. BERGAMASCHI, Luiz Henrique. **Em busca de um “nós”: Alemanha, União Europeia e refugiados.** Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Barbacena. Barbacena, MG. 2017

LINDVALL, Anna. **Have Refugees Become A Security Problem? A Comparative Study Of Securitization In The United Kingdom And Germany.** University of Gothenburg. Gotemburgo, Suécia. 2015.

PRO ASYL. Asylpaket I in Kraft: Überblick über die ab heute geltenden asylrechtlichen Änderungen. Pro-Asyl, 2015. Disponível em: < <https://www.proasyl.de/hintergrund/asylpaket-i-in-kraft-ueberblick-ueber-die-ab-heute-geltenden-asylrechtlichen-aenderungen/>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

PRO ASYL. **Asylpaket II beschlossen: Bundesregierung gefährdet Leben von Schutzbedürftigen.** Pro-Asyl, 2016. Disponível em: < <https://www.proasyl.de/news/asylpaket-ii-beschlossen-bundesregierung-gefaehrdet-leben-von-schutzbeduerftigen/>>. Acesso em: 15 de out. 2023.

PRO ASYL. **So sieht Merkels “nationale Kraftanstrengung” Abschiebung in der Praxis aus.** Pro-Asyl, 2018. Disponível em: < <https://www.proasyl.de/news/so-sieht-merkels-nationale-kraftanstrengung-abschiebung-in-der-praxis-aus/>>. Acesso em: 15 de out. 2023.

RFI. **Alemanha: aliados de Merkel ameaçam fechar fronteiras para imigrantes.** RFI, 2018. Disponível em: < <https://www.rfi.fr/br/europa/20180618-alemanha-aliados-de-merkel-ameacam-fechar-fronteiras-para-imigrantes>>. Acesso em: 18 de set. de 2023

RFI. **“A Itália não está mais só”, afirma Conte após adoção de acordos sobre migração na UE.** RFI, 2018. Disponível em: < <https://www.rfi.fr/br/europa/20180629-italia-nao-esta-mais-sozinha-afirma-primeiro-ministro-italiano-apos-adocao-de-acordo>>. Acesso em: 15 de out. 2023.

SANTOS, Beatriz. **A atuação da Alemanha no fenômeno migratório entre os anos de 2015 e 2016: Os refugiados entre o acolhimento e a securitização.** Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG. 2021.

SCHWINN, Simone. COSTA, Marli. A Política Migratória Alemã e o Desrespeito ao Princípio do Non-Refoulement. XVI Seminário Internacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2019.

SILVA, Taiane de Cássia Araújo. GARRIDO, Nicolle Luciane Cabral. **Crise migratória na Europa, Alemanha de Atitudes X Segurança Internacional.** Núcleo de Estudos e Atuação em Relações Internacionais – NEARI. Faculdade Damas. Recife, PE. 2017.

SOLMS-LAUBACH. **230 000 Flüchtlinge in nur drei Wochen.** BILD, 2015. Disponível em: [https://m.bild.de/politik/inland/fluechtlingskrise/zahl-der-fluechtlinge-in-deutschland-steigt-dramatisch-42747548.bildMobile.html?t\\_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F](https://m.bild.de/politik/inland/fluechtlingskrise/zahl-der-fluechtlinge-in-deutschland-steigt-dramatisch-42747548.bildMobile.html?t_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F)>. Acesso em: 10 de out. 2023.

VOLKHAUSEN, Peter. **Was kriegen Flüchtlinge, die zu uns kommen?.** BILD, 2023. Disponível em: [https://m.bild.de/politik/inland/politik-inland/die-vermasselte-migration-was-kriegen-fluechtlinge-die-zu-uns-kommen-85123420.bildMobile.html?t\\_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F](https://m.bild.de/politik/inland/politik-inland/die-vermasselte-migration-was-kriegen-fluechtlinge-die-zu-uns-kommen-85123420.bildMobile.html?t_ref=https%3A%2F%2Fm.bild.de%2F)>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

WAEVER, Ole. **Securitization and desecuritization.** In: LIPSCHULTZ, Ronnie D. (Ed.). On security. New York: Columbia University Press, 1995.